

Controle na boca do caixa

Quem acompanha o dia-a-dia da liberação de gastos do governo afirma que, desde o mês passado, o Tesouro Nacional passou a controlar na boca do caixa as receitas e despesas, para manter o ajuste fiscal. As liberações de emendas de parlamentares só são feitas com o aval da Casa Civil, e, mesmo assim, os valores autorizados têm ficado aquém do previsto, já que essas emendas foram usadas com vontade pelo governo durante a campanha eleitoral para angariar apoio à candidatura de Lula, sobretudo junto a prefeitos do interior do país.

“O que queremos é pelo menos fazer um superávit de 4,30% do PIB. Se conseguirmos atingir esse nível, vamos acalmar os ânimos do mercado e esfriar as desconfiança em torno do ajuste fiscal”, disse um assessor do Ministério da Fazenda. Nos 12 meses terminados em outubro, o superávit primário do setor público estava em 4,34% do PIB, dentro do projeto do governo de manter uma “gordurinha” frente à meta de 4,25%. (VN)